

# **A PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: A (DES) CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA POPULAR, DEMOCRÁTICA E COM QUALIDADE.**

*Política Educacional e Gestão Escolar:*  
políticas públicas e gestão da educação básica.  
Apresentação de Comunicação Oral

**Denise Regina da Costa Aguiar**

Doutoranda, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

costaag@uol.com.br

**Resumo:** Este trabalho investiga os caminhos e descaminhos da implantação das políticas públicas educacionais na rede municipal de São Paulo, ao longo de várias administrações (1989 a 1992 – gestão da Luiza Erundina; 1993 a 1996; - gestão de Paulo Maluf; 1997 a 2000 – gestão de Celso Pitta; 2001 a 2004 – gestão Marta Suplicy; 2005 a 2008 – gestão de José Serra/ Gilberto Kassab; 2009 – gestão de Gilberto Kassab). O processo de construção de uma escola pública, popular e democrática, se efetivou, por meio de políticas públicas contraditórias, revelando, ora, propostas inclusivas, ora, excludentes, com intencionalidades, ora, democráticas e, ora, autoritárias, hegemônicas e contra-hegemônicas.

**Palavras-chave:** políticas públicas; educação popular; pressupostos freireanos.

## **INTRODUÇÃO**

Em 1989, iniciou-se no município de São Paulo, a administração da Prefeita Luiza Erundina de Souza, cujo mandato foi exercido de janeiro de 1989 a dezembro de 1992. Assume a Secretaria Municipal de Educação o Professor Paulo Freire, no período de janeiro de 1989 a maio de 1991, quando, a pedido, foi substituído pelo Professor Mário Sérgio Cortella, que permaneceu à frente da Secretaria até o final da gestão dessa administração.

A Secretaria Municipal de Educação implantou uma proposta político-pedagógica comprometida com a democratização da educação, intitulada *Escola Democrática*, objetivando a construção de uma escola pública popular, democrática e de qualidade.

A proposta político-pedagógica alicerçou-se a partir de três princípios básicos: *participação, descentralização e autonomia*, tendo cinco grandes prioridades:

- Ampliar o acesso e a permanência dos setores populares;
- Democratizar a gestão, o poder pedagógico e educativo;
- Melhorar a qualidade da educação, mediante a construção coletiva de um currículo interdisciplinar e a formação permanente do pessoal docente;
- Eliminar o analfabetismo de jovens e adultos em São Paulo;
- Formar cidadãos críticos e responsáveis. (FREIRE, 2001, p.98)

Na verdade, a reforma político-pedagógica propôs um caminho na contramão da história oficial do Município de São Paulo, porque buscou o resgate das experiências sócio-culturais

de educadores e educandos no processo de construção e de sistematização do conhecimento. O desenvolvimento da autonomia prescinde a construção do saber através da participação de todos os envolvidos no processo.

Para iniciar o processo, Paulo Freire publicou um primeiro documento no Diário Oficial do Município de São Paulo em 1º de fevereiro de 1989, com o título *Aos que fazem a Educação conosco em São Paulo*, definindo os eixos diretores da proposta de escola pública popular:

A qualidade dessa escola deverá ser medida não apenas pela quantidade de conteúdos transmitidos e assimilados, mas igualmente pela solidariedade de classe que tiver construído, pela possibilidade que todos os usuários da escola – incluindo pais e comunidade – tiverem de utilizá-la como um espaço para a elaboração de sua cultura. Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar em sujeito de sua própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais as necessidades e interesses de toda a sociedade. A escola deve ser também um centro irradiador de cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de idéias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. O filho do trabalhador deve encontrar nessa escola os meios de auto-emanipação intelectual independente dos valores das classes dominantes. A escola não é só um espaço físico. É um clima de trabalho, uma postura, um modo de ser. A marca que queremos imprimir coletivamente às escolas privilegiará a associação da educação formal com a educação não-formal. A escola não é o único espaço da veiculação do conhecimento. Procuraremos identificar outros espaços que possam propiciar a interação de práticas pedagógicas diferenciadas de modo a possibilitar a interação de experiências. Consideramos também práticas educativas as diversas formas de articulação que visem contribuir para a formação do sujeito popular enquanto indivíduos críticos e conscientes de suas possibilidades de atuação no contexto social (2001, p.15).

Paulo Freire pensa a existência concreta, a vida humana, e propõe, uma concepção de educação popular, uma epistemologia, uma pedagogia crítico-libertadora e anti-hegemônica, comprometida historicamente com o sujeito popular, com a participação popular na criação da cultura e da educação.

Nas palavras de Freire:

Entendo a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacidade científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso *poder*, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. (2002, p.19).

A proposta político-pedagógica da administração propôs um fazer escola de outro jeito, procurando superar a dicotomia entre ensinar-aprender, teoria-prática, saber popular-conhecimento científico, consciência-mundo, palavra e poder, entre os que pensam e os que executam a educação.

Na visão de Freire, a mudança na escola não se faz por imposição de um decreto, de

forma autoritária, burocrática, com medidas centralizadoras, de cima para baixo, por alguns *experts* em educação. Pelo contrário, afirmava que tal medida não garantiria em nada a melhoria da escola.

A mudança da escola não se faz de um dia para outro, como dizia coloquialmente *de terça para quarta-feira*. Ela se faz pelos seus instituintes, pelo movimento de baixo para cima, com os princípios da *participação* e da *dialogicidade*, ou seja, ouvindo e dialogando com todos da comunidade escolar (pais, educadores, alunos, funcionários, a própria comunidade em que a escola se situa e os especialistas das diferentes áreas de conhecimento).

Também assim já havia se pronunciado Paulo Freire (2001):

Mudar a escola na direção que esta administração deseja, implica um trabalho profundo e sério com os educadores que tem a ver com a questão ideológica, com o assumir compromisso, com a qualificação dos profissionais e este caminho é, no meu entender, a dificuldade maior a transpor. Não considero também que seja uma dificuldade intransponível (p.97).

Por isso a administração fez a opção de iniciar a implantação de sua proposta com o Movimento de Reorientação Curricular associada a um trabalho de formação permanente dos educadores, denominados grupos de formação, com assessoria interna (com funcionários de DOT – Diretoria de Orientação Técnica e dos NAES – Núcleos de Ação Educativa) e com assessoria externa das Universidades (USP, PUC e UNICAMP), para juntamente com os profissionais das escolas desencadear a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, com a intencionalidade de superá-la e reinventá-la.

O Movimento de Reorientação Curricular foi definido pela via da interdisciplinaridade e estruturado a partir de conhecimentos significativos para os educandos, como um processo de produção coletiva por todos os envolvidos, ou seja, pela escola, pela comunidade e por especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

O Movimento de Reorientação Curricular estava imbricado com uma nova maneira de organização curricular na escola, *os ciclos de aprendizagem*, objetivando romper e superar com a lógica seriada, a concepção de educação bancária, a linearidade e a fragmentação curricular, a organização rígida do tempo e do espaço escolar, a avaliação etapista, classificatória, a retenção escolar, a dicotomia entre ensinar e aprender.

A organização da escola em ciclos implicou no respeito ao aluno, ao ritmo de desenvolvimento humano, ou seja, cognitivo, social e afetivo. Teve por objetivo articular teoria-prática, assegurando ao aluno a continuidade e a articulação do processo ensino-aprendizagem, respeitando seu ritmo, o seu saber de experiência feito, o conhecimento que o educando traz, sua história de vida.

A proposta dos ciclos objetivou ressignificar o processo de construção do conhecimento pelo educando a partir do paradigma epistemológico crítico-emancipatório, que articulava a dimensão sócio-cultural, considerando a realidade de cada escola e dos educandos, com a dimensão do processo ensino-aprendizagem.

Em maio de 1991, Paulo Freire deixa a Secretaria da Educação, por solicitação própria, indicando para o cargo o Professor Mário Sérgio Cortella.

Em continuidade, o Professor Cortella assumiu a proposta - juntamente com toda a equipe e o apoio do Professor Paulo Freire - de participação de todos nas decisões e discussões de diversos temas que subsidiariam o Regimento Comum das Escolas Municipais, inclusive sobre a organização da escola em ciclos, e viabilizou, em toda a rede municipal, a discussão, através de plenárias nas escolas, realizadas pelos Conselhos de Escolas e pelos CRECEs, seja nos NAEs, em plenárias regionais, e, posteriormente, em uma última plenária, em novembro de 1991, realizada no Centro Cultural de São Paulo, para a sua aprovação. O Conselho Estadual de Educação aprova, então, a implantação dos ciclos de forma experimental até julho de 1992.

Foi estipulado o período de fevereiro a junho de 1992 para debates e alterações na proposta. Em julho de 1992, é encaminhada uma proposta de mudança ao Conselho Estadual de Educação porque havia, no documento apresentado, um equívoco com relação à frequência do educando.

Esta revisão foi aprovada em julho de 1992 e a aprovação do documento final, em 05/08/1992, do Regimento Comum das Escolas Municipais pelo parecer CEE 934/02. Nesta plenária foi garantida a representação de todos os segmentos da comunidade escolar, ou seja, representantes do NAE, funcionários, pais, alunos e representantes sindicais.

Em 1992, juntamente com o Regimento Comum das Escolas Municipais, concretiza-se a proposta de organização da escola em ciclos, ou seja, o ensino fundamental passa a organizar-se em três ciclos: o ciclo inicial em três anos (antigas 1ª, 2ª e 3ª séries), o ciclo intermediário em três anos (antigas 4ª, 5ª e 6ª séries) e o ciclo final em dois anos (antigas 7ª e 8ª séries).

Para subsidiar todo esse movimento estrutural e radical de mudança na escola, a Secretaria Municipal de Educação, priorizou as seguintes ações: - reestruturação da carreira do magistério; - valorização salarial dos profissionais da educação; - fortalecimento do trabalho coletivo dos profissionais na escola; - formação permanente dos professores, destacando-se a modalidade de grupos de formação permanente, em horários coletivos remunerados e incorporados a jornada de trabalho, para reflexão entre os Professores, Coordenadores Pedagógicos e Diretores de Escola; - participação e envolvimento de toda a comunidade escolar; - construção do programa curricular por cada escola de acordo com a realidade local, utilizando-se do *estudo preliminar da realidade local* resgatando o cotidiano da escola, da *problematização das situações-limites* para denunciá-las, anunciando sua superação a partir de uma educação crítico-emancipatória e da *sistematização dos* temas geradores a partir do levantamento de conteúdos significativos para os alunos.

A Secretaria Municipal de Educação subsidiou o trabalho pedagógico nas escolas com uma preocupação contínua de avaliação e monitoramento do projeto curricular implantado, retomando as dúvidas, as questões e realizando as alterações sempre que necessário, de maneira processual.

Além do Movimento de Orientação Curricular objetivando a melhoria na qualidade da educação, a administração buscou consolidar a democratização da gestão e uma administração

escolar por colegiados, promovendo o Conselho de Escola como órgão deliberativo, participação nas decisões da gestão escolar e criando os Conselhos Regionais de Escola (CRECE) por representatividade e incentivando a participação no Grêmio Estudantil e na Associação de Pais e Mestres (APM).

Nessa perspectiva de democratização da escola e melhoria da qualidade de ensino a administração descentralizou os recursos financeiros para as escolas de modo que as verbas fossem aplicadas de acordo com as reais necessidades e demandas apresentadas, garantindo efetiva liberdade de escolha para a realização de projetos educacionais, promovendo, então, uma concreta autonomia pedagógica das unidades escolares.

Pode-se afirmar, por meio dos estudos acadêmicos, que a experiência pioneira de implantação de uma escola pública popular e democrática para o ensino fundamental, à época ensino de 1º Grau, ocorreu efetivamente na gestão (1989 a 1992) de Luiza Erundina.

#### O PERÍODO 1993-2001: MOMENTO DE RUPTURA COM A PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA *ESCOLA DEMOCRÁTICA*.

Em 1993, assume a administração, com um mandato até 1996, o Prefeito Paulo Maluf e, como Secretário de Educação, o Professor Sólon Borges dos Reis.

A proposta educacional da administração, conforme documentos organizados na série *Enfrentar o desafio*, CODOT-G AS 082-B/93 a AS 002/94, fundamenta-se nos princípios da qualidade total, modelo este importado do modelo gerencial utilizado nas empresas. A prática escolar deve embasar-se nos conceitos de controle, gerenciamento, rotina e padronização, para que se atinja a qualidade de todas as atividades desenvolvidas. Segundo o documento, a qualidade de uma organização está associada à sua sobrevivência, e esta se associa à produtividade e à competitividade, porque o “cliente está em primeiro lugar” (CODOT-G AS 083/93 p.07), frase que é uma premissa fundamental da Gerência da Qualidade Total.

Sabemos, contudo, que o que distingue, nessa perspectiva, a qualidade em educação é a meta, o fazer bem-feito, o gostar do que se faz o fazer com amor. Ou seja, o programa de qualidade precisa de determinação, estratégias, conhecimento e pacto:

A retórica da gestão da qualidade total em favor da participação dos clientes e da definição dos objetivos e métodos educacionais, a partir das necessidades e desejos dos consumidores, ou dá uma ilusão de democracia, escolha e participação. A verdade é que a estratégia da qualidade total enquadra o processo escolar e educacional numa estrutura de pensamento e concepção que impede que se pense a educação de outra forma. Os clientes estão livres para determinar o que querem, mas aquilo que querem já está determinado antecipadamente quando todo o quadro mental e conceitual está previamente definido em termos empresariais e industriais. Sob a aparência de escolha e participação impõe-se uma visão de educação e gerência educacional que fecha a possibilidade de pensar de outra forma. A verdadeira escolha consistiria em poder rejeitar a própria idéia da qualidade total, o que equivaleria rejeitar toda a noção liberal de educação (Silva, 1994, p.21).

A Qualidade Total deveria ser colocada em prática, nas escolas, por meio de cinco eixos: - Valorização da Educação e do Educador; - Atendimento Escolar; - Escola voltada para o aluno; - Plena utilização de recursos; - Normatização Administrativa.

Como estratégia para o alcance dos respectivos objetivos, propõe-se que cada unidade escolar elabore os Projetos Estratégicos de Ação – PEAs - pequenos projetos com o objetivo de encontrar soluções e encaminhamentos para as dificuldades observadas e que devem ser apresentadas no documento Referencial Analítico da Realidade Local a ser elaborado pelas escolas a cada ano para poder garantir medidas que facilitem os planos de ação (PEAs), superando as deficiências e atendendo às necessidades locais.

Na verdade, tal política acabou provocando a fragmentação do sistema de ensino em unidades isoladas, aumentando a competitividade e diminuindo a responsabilidade do sistema público sobre as questões sociais, colaborando com o movimento que pretendia a privatização da Rede Municipal, que interpretava as questões sociais como questões privadas.

A proposta da qualidade total “pouco durou, não foi adiante e acabou determinando a demissão da Diretoria de DOT. Troca-se também, e repetidas vezes, o Secretário de Educação, por rupturas partidárias” (Borges, 2000, p.106). Então a administração elabora, em 1995, outra série de documentos, intitulados *Currículos e Programas – organizadores de áreas/ciclos*. Como o próprio título demonstra, os documentos objetivam a sistematização por ano e por ciclos dos componentes curriculares, como subsídios para a organização dos trabalhos pedagógicos nas escolas.

Da mesma forma, em continuidade ao atendimento foi elaborado, no ano de 1996, um conjunto de documentos intitulados *Seminários de Estudos: Organização da escola em ciclos*, caracterizado por um ciclo de palestras e sessões de estudos para o grupo de supervisores e representantes das equipes de orientação técnica, com o objetivo de analisar, refletir e aprofundar as discussões sobre as bases psico -didático -pedagógicas da organização do processo ensino-aprendizagem em ciclos, como subsídios de fundamentação, para posteriormente acompanharem o processo nas Unidades Escolares.

Em 1997, assumiu a gestão o Prefeito Celso Pitta, em continuidade com a proposta da administração anterior. Nesse ano, foi elaborado um documento pela Secretaria Municipal de Educação com o tema: *Ciclo: um caminho em construção* (SU DOT-G AS. 024/97), que apresentou uma retomada das reflexões elaboradas pelos organizadores de áreas e um quadro comparativo da Proposta da LDB de nº 9394/96 com o Regimento Comum das Escolas Municipais.

A Secretaria Municipal de Educação decretou de cima para baixo, de forma impositiva, a Portaria de nº 1971, em 02 de junho de 1998. Tal Portaria foi aprovada por conta das implicações da nova LDBEN de nº 9394/96, juntamente com a deliberação CME nº 03/97 e a Indicação nº 04/97, que estabelecem diretrizes para a elaboração do Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino vinculados ao Sistema do Município de São Paulo.

Para o atendimento da legislação vigente, a Delegacia Regional de Ensino – DREM realizava quinzenalmente encontros com as equipes técnicas das escolas, ou seja, com

supervisores, diretores, assistentes de direção e coordenadores pedagógicos para leituras, discussões e elaboração do Regimento Escolar de cada unidade.

Contudo as reuniões eram muito voltadas para questões técnico-administrativas, legislativas e, mesmo quando voltadas para a elaboração do Projeto Pedagógico, as discussões eram centradas nas diretrizes burocráticas que amparavam as propostas.

Então, cada Unidade Escolar, sob a coordenação dos gestores mobilizou-se para a discussão e a elaboração do seu regimento interno, de acordo com as alterações impostas pela presente portaria, com o objetivo de dar o atendimento à solicitação documental e legal. A organização da escola passa, então, a ser estruturada em apenas dois ciclos de Progressão Continuada: Ciclo I (antigas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries) e Ciclo II (antigas 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries).

Desde então, cada escola possui seu regimento escolar homologado, publicado e arquivado, mas não discutido e dialogado com toda a comunidade educativa, e que verdadeiramente favorecesse a autonomia, a participação, o trabalho coletivo e o projeto pedagógico da escola.

Contudo esta indicação terminou com uma etapa da história dos ciclos na rede municipal de São Paulo ignorando a riqueza das proposições até então implantadas e as experiências vividas.

Assiste-se ao retorno da fragmentação do ensino fundamental, da antiga “4ª série” do ensino primário, com a antiga “5ª série” do ensino ginásial; retrocede-se mais uma vez na organização do tempo e do espaço escolar, mas agora de forma diferenciada: não mais em séries, mas em blocos de séries.

Evidencia-se a diferença na concepção político-pedagógica, gnosiológica, ideológica e ética nos pressupostos e nos fundamentos para a organização da escola, que embasaram a prática educacional na sua implantação em 1992 e nas administrações subsequentes, que provocaram a ruptura com o processo de construção de uma escola pública, popular e democrática.

## O PERÍODO DE 2001 A 2004 – A INTENCIONALIDADE DE RETOMAR A PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA COMPROMETIDA COM A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO.

Em 2001 assume a Prefeitura de São Paulo, com a administração do Partido dos Trabalhadores, a Prefeita Marta Suplicy, tendo o Professor Dr. Fernando José de Almeida como Secretário da Educação. De início, a administração pronunciou-se para todos os educadores da Rede Municipal, através do documento **EducAção N° 01**, *Retomando a Conversa: construção da política educacional da Secretaria Municipal de Educação*, apontando que este documento “visa iniciar o diálogo com a comunidade educativa, educadores, funcionários, pais e alunos da rede municipal sobre a retomada de uma escola bonita, alegre, fraterna, democrática e popular na cidade de São Paulo “(p.4).

No documento encontra-se a Carta do Secretário da Educação para todos os educadores das escolas; e o início da conversa acerca das três metas que nortearam o trabalho dessa administração: democratização do conhecimento e qualidade social da educação, democratização da gestão, democratização do acesso e permanência do aluno na escola.

A administração conceituou a educação como um direito social de todos e estabeleceu as seguintes metas para o trabalho referente à democratização do acesso e da permanência:

- 1- Manter universalizado o ensino fundamental em discussão com o Estado;
- 2- Ampliar progressivamente o atendimento da educação infantil;
- 3- Ampliar o atendimento de jovens e adultos e redimensionar o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) em negociação com o governo do Estado;
- 4- Criar condições materiais e pedagógicas para o atendimento aos portadores de necessidades especiais, propiciando que se faça a discussão sobre os modos de inclusão;
- 5- Desenvolver uma política de manutenção dos prédios escolares e de provimento dos materiais de consumo e pedagógicos necessários ao bom desenvolvimento do trabalho nas unidades educacionais (2001, p.9).

Na questão da democratização do conhecimento e da qualidade social da educação estabeleceu-se como premissa central que toda qualidade na educação será construída por meio da construção de conhecimentos e valores nas escolas. Para isso, a administração buscou desenvolver ao mesmo tempo:

- 1- Um movimento de reorientação curricular, em todas as unidades educacionais, articulado à formação dos educadores;
- 2- Um processo de formação permanente e sistemática de todos os educadores que deverá se estruturar a partir das experiências dos mesmos e das escolas, propiciando a reflexão em todos os campos do conhecimento.
- 3- Nessa mesma direção, será repensada a avaliação e a atual forma de organização e funcionamento da escola. Os ciclos, em particular, serão objeto de ampla discussão. (2001, p.7)

Para o atendimento a democratização da gestão a administração propôs fortalecer a gestão por colegiados, procurando aperfeiçoar os Conselhos de Escola e o Conselho Municipal de Educação, reconstruírem os CRECES (Conselhos Regionais dos Conselhos de Escola) e incentivar a criação do Grêmio Estudantil.

Na continuidade do diálogo com os educadores da rede, a administração publica em junho de 2001 o documento EducAção nº 02, com o objetivo de subsidiar a criação do Grupo de Acompanhamento da Ação Educativa - GAEE, constituído pela equipe pedagógica dos NAEs (as antigas diretorias de ensino – DREMs são transformadas em Núcleos de Ação Educativa - NAEs) e a equipe de supervisão escolar. Cada NAE configurou a proposta de acordo com sua equipe e realidade. O GAEE teve a responsabilidade de efetivar uma ação supervisora com uma nova configuração, ou seja, unindo a supervisão com a formação nas escolas, quem formava deveria também monitorar e acompanhar a implantação curricular e o trabalho coletivo desenvolvido pelas equipes nas unidades escolares.

Nessa perspectiva de dialogar com os educadores da rede, a administração publicou em janeiro de 2002 o documento EducAção nº 03 objetivando dimensionar o Movimento de Reorientação Curricular na rede municipal, na busca da implementação das três diretrizes da SME.

Em 2002, o professor Dr. Fernando de Almeida deixa a Secretaria de Educação, por solicitação própria. Para o cargo de Secretária da Educação, a prefeita Marta Suplicy nomeia Eny Maia.

Em agosto de 2002 é homologada a Lei nº 13.399 que autoriza a criação das 31 subprefeituras e cada subprefeitura com sete coordenadorias: ação social e desenvolvimento, planejamento e desenvolvimento urbano, manutenção da infra-estrutura urbana, projetos e obras novas, administração e finanças, saúde, educação; objetivando atender aos três princípios estruturantes da administração de descentralização, participação e autonomia.

Em 2003 assume a Secretaria da Educação a socióloga Maria Aparecida Perez retomando as diretrizes iniciais propostas pela SME.

A administração publicou o documento **EducAção n ° 04 – Cidade Educadora – Educação Inclusiva – Um sonho possível**, apresentando os avanços alcançados com relação às diretrizes, destacando o papel da escola como um espaço de inclusão e de emancipação social, e a implantação, pela SME, do *Projeto Vida*, cujo principal objetivo foi o de contribuir para o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e para o desenvolvimento de ações que auxiliem a comunidade educativa a situar o problema da violência.

O *Projeto Vida* compreendeu: o Projeto Escola Aberta; O Projeto Educom. Rádio; o Projeto Recreio nas Férias; os Programas sociais: renda mínima, bolsa trabalho e começar de novo; o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS).

O documento apresentou outro projeto central da SME o CEU, – *Centro Educacional Unificado* – explicando sua estruturação, fundamentação, concepção, os propósitos e os objetivos desse projeto.

Em 2004, no documento **EducAção n ° 5** a SME apresentou as reflexões e o aprofundamento dos temas priorizados na revista **EducAção n ° 04** e no Caderno temático n ° 01, reacendendo o debate de pontos conflituosos no cotidiano escolar a partir de textos reflexivos, de uma maneira dialética e dialógica, e proclamou a todos para construção de um currículo na perspectiva da diversidade vinculado à reflexão sobre a organização da escola em ciclos.

O documento estabeleceu como um dos eixos do programa de formação, a organização da escola em ciclos, a partir da discussão e do debate propiciado pela revista **EducAção n° 04**. Classificou a organização escolar em três modelos: a escola estruturada em *séries, em ciclos (blocos de séries) ou progressão continuada* e em *ciclos de formação*.

No que se refere à estrutura escolar por ciclos, o documento esclareceu que a implantação dos ciclos na rede municipal foi acompanhada, à época, de uma política educacional que permitiu a discussão da avaliação como processo contínuo e como referencial, marcada pela concepção sócio-construtivista e pela organização de um trabalho coletivo, tanto como construção curricular como de formação profissional, além da efetivação da jornada de trabalho coletiva.

A administração trouxe para o debate temas que exigiram a reflexão e o desvelamento das políticas educacionais neoliberais, até então impostas pelas administrações anteriores.

Apresentou temas extremamente conflituosos, complexos, resistentes e desafiantes, como o movimento de reorientação curricular na perspectiva da diversidade, a organização da escola em ciclos de formação, a avaliação e o registro, a revisitação do Projeto Político Pedagógico, o movimento de formação de professores, e faz menção, no documento **Educação nº 05**, à necessidade de se abandonar práticas que reforcem a organização da escola por blocos de séries e de se caminhar para a organização por ciclos de formação.

Porém, paradoxalmente, a SME manteve a organização da escola como se encontrava, em dois ciclos de progressão continuada, bloco de séries (ciclo I e ciclo II), não altera para os três ciclos (ciclo inicial, ciclo intermediário e ciclo final), como implantados pela administração de 1992.

A gestão de 2001 a 2004 não conseguiu efetivar empiricamente o movimento de reorientação curricular necessário para a mudança estrutural e radical da escola e, conseqüentemente, não conseguiu consolidar a construção de uma escola pública, popular e democrática, na rede municipal de ensino em São Paulo.

#### O PERÍODO DE 2005 A 2009 - A ÊNFASE NA PROPOSTA NEOLIBERAL PARA A EDUCAÇÃO.

Em 2005, iniciou-se no município de São Paulo, a administração de José Serra/Gilberto Kassab (2005 a 2008), e subseqüentemente a de Gilberto Kassab (2009). Assume inicialmente a Secretaria Municipal de Educação o médico Jose Aristodemo Pinotti, que posteriormente, foi substituído pelo atual Secretário Alexandre Alves Schneider.

A SME implantou, para toda a Rede Municipal de Ensino, dois programas que alicerçaram todas as ações e projetos da administração: O Programa *Ler e Escrever – prioridade na Escola Municipal* e o Programa *São Paulo é uma Escola*.

O Programa *Ler e Escrever – prioridade na Escola Municipal* foi instituído pela Portaria nº 6328/05 com o objetivo de desenvolver projetos para reverter o fracasso escolar ocasionado pelo analfabetismo e pela alfabetização precária dos alunos da Rede Municipal; de implementar o processo de ensino e aprendizagem em ciclos; de investir na melhoria da qualidade de ensino; de superar os altos índices de defasagem idade/ano dos ciclos; de solucionar as dificuldades apresentadas pelos alunos, com relação às competências de ler e escrever.

Em 2007, pela Portaria nº 5403/07, o Programa *Ler e Escrever – prioridade na Escola Municipal* foi reorganizado e passou a ser constituído pelos projetos: - Projeto Toda Força ao 1º ano do Ciclo I – TOF, - Projeto Intensivo do Ciclo I – PIC – 3º ano; - Projeto Intensivo do Ciclo I – PIC -4º ano; - Projeto “Ler e Escrever nos 2ºs, 3ºs e 4ºs anos do Ciclo I; - Projeto” Ler e Escrever em todas as Áreas de Conhecimento do Ciclo II”; - Projeto” Compreensão e Produção da Linguagem Escrita por Alunos Surdos”.

O Programa *São Paulo é uma escola* foi instituído pelo decreto nº 46.210, de 15 de agosto de 2005, com o objetivo de ampliar o tempo de permanência dos alunos no ambiente escolar, além do período regular de aulas, inseridas em horários pré e pós-aula, desenvolvendo

atividades educacionais, culturais, recreativas e esportivas relacionadas ao projeto pedagógico de cada unidade escolar.

Integram o programa os demais projetos e programas instalados na Rede Municipal de Ensino, tais como: Recreio nas Férias, Programa de Prevenção da Violência nas Escolas, EDUCOM - Educomunicação pelas ondas do rádio, Programa Agita Sampa, Projeto Escotismo, Projetos de Educação Sexual, Projetos de Ensino Bilíngüe, Projeto Xadrez - Movimento Educativo, atividades de Sala de Leitura e de Informática Educativa, dentre outros.

Os projetos puderam ser desenvolvidos por professores e/ou por oficinairos, sendo estes conveniados a Organização Não Governamental (ONGs) e contratados pelas Diretorias Regionais de Educação (DREs). As DREs celebraram muitos convênios com as ONGs cadastradas pela SME para o desenvolvimento do referido Programa.

Em 2007 foi instituído, pela portaria nº 4507/07, o Programa “Orientações Curriculares: Expectativas de Aprendizagens e Orientações Didáticas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental”. As orientações curriculares definiram as expectativas de aprendizagem para cada ano de cada ciclo, ou seja, definiram um currículo com conteúdos unificados a serem ensinados em todas as escolas da rede municipal.

Os documentos de orientações curriculares foram elaborados, ao longo do ano de 2007, com base nas experiências, consideradas bem sucedidas, de alguns professores da rede. Como estratégia foram organizados grupos referências de professores para a discussão curricular, que juntamente com a assessoria externa, contratada pela SME, de pesquisadores e colaboradores, elaboraram a proposta curricular para cada área do conhecimento para toda a rede municipal.

Para divulgação e apropriação das orientações curriculares, pelos professores da rede municipal, a SME organizou cursos de formação continuada; produziu vídeos de apoio para formação, elaborados em parceria com a TV Cultura; e distribuiu os documentos a todos os professores e profissionais da educação.

A proposta político-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação tem como objetivo garantir os conhecimentos indispensáveis à inserção das crianças e jovens para o pleno exercício da cidadania e para isso apresenta a necessidade de se estabelecer metas a serem atingidas pelos alunos em cada área de conhecimento e em cada ano dos ciclos I e II do Ensino Fundamental.

No entanto, pode-se observar que a proposta expressa nos documentos - *Expectativas de Aprendizagem* – ainda não conseguiu articular as dimensões socioculturais dos alunos com as dimensões metodológicas do processo ensino-aprendizagem e também não encontrou um caminho para contextualizar o conteúdo programático oficial com a realidade social vivida e com a prática cotidiana da escola e da sala de aula.

Os programas da SME, O Programa *Ler e Escrever – prioridade na Escola Municipal* e o Programa *São Paulo é uma Escola*, o Programa de Orientação Curricular foram impostos de forma autoritária, numa ação anti-dialógica, com ínfima discussão da proposta curricular entre Secretaria, Diretorias Regionais de Educação e todos os educadores da rede municipal, o que pode ter contribuído para obstaculizar o sucesso pretendido.

Observa-se também que não houve a articulação do movimento de reorientação curricular com a formação permanente do educador, ou seja, no sistema municipal de ensino de São Paulo, não se evidencia uma proposta efetiva de consolidação de uma política educacional para a formação permanente de professores, embora a formação continuada dos professores esteja prevista na legislação, como uma das estratégias da Secretaria para a implantação do Programa de Orientação Curricular.

Os Programas implantados na rede municipal de ensino estruturaram-se, a partir do disposto na Lei Federal nº 9394/96 e na Resolução CNE/CEB nº 02/98, que fixam as diretrizes curriculares nacionais e fundamentaram-se na política educacional neoliberal, propostas pelos organismos internacionais, nas habilidades e competências mínimas estabelecidas mundialmente e aferidas pelo sistema de avaliação do rendimento escolar.

Pode-se perceber que houve uma tentativa, pelos programas e projetos implantados, da Secretaria Municipal de Educação de melhorar o fluxo escolar, eliminando ou limitando a repetência e a distorção idade/ série. Houve também uma tentativa de adequar a expectativa de aprendizagem a cada ano, para regularizar a distorção conhecimento/ série. Procurou-se a melhoria da aprendizagem com o projeto intensivo do ciclo, com a mesma intencionalidade das classes de aceleração, com o projeto de recuperação paralela e com o controle e regulação da aprendizagem pela Prova São Paulo.

No entanto, pode-se constatar que, até então, a Secretaria ainda não ousou efetivar em todo o sistema de ensino uma reforma estrutural para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental e que os projetos e programas implantados pouco contribuíram para combater o quadro de baixo rendimento dos alunos na Rede Municipal de São Paulo.

Para a aferição do rendimento e desempenho escolar foi instituído pela Lei nº 14.063 de 14/10/2005 o Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino - Prova São Paulo.

Em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo (04/02/10), frente os resultados da Prova São Paulo, Alavarse (2010) evidencia que:

Mais de 80% das crianças em níveis insatisfatórios em matemática é um escândalo. Ou a exigência está exagerada ou os alunos não estão aprendendo nada [...] Em português, mesmo com ação específica do Programa Ler e Escrever, 63% dos alunos da 2ª série não estão com o desempenho adequado. A Prefeitura precisa de um plano emergencial, reavaliar todos seus programas de formação e seus materiais. [...] O avanço nas médias é tímido para uma gestão que entrou em 2005. O avanço em português na 2ª série não é desprezível, mas não se sustenta nas outras etapas.

Pode-se concluir que a Secretaria Municipal de Educação não conseguiu efetivar uma proposta de política pública, popular e democrática, voltada para a participação e a autonomia da escola e que toda a lógica curricular instituída na escola permanece com características de uma organização de ensino seriada. A cada ano, com maior ênfase, constata-se a limitação pedagógica do regime de Progressão Continuada e a legitimação da exclusão educacional e social que a mesma vem produzindo, sobretudo para as crianças das camadas populares na cidade de São Paulo, paradoxalmente, na cidade com maior arrecadação de impostos do país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, Isabel Cristina Nache. **Políticas de currículo em conflito: uma análise da estrutura curricular em ciclos na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989-1997)**. Dissertação de mestrado, São Paulo: PUC, 2000.
- CAMARGO, Rubens Barbosa. **Gestão democrática e nova qualidade do ensino: o conselho de escola e o projeto da interdisciplinaridade nas Escolas Municipais da Cidade de São Paulo (1989-1992)**. Tese. Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, 368f.
- FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2001
- \_\_\_\_\_. **Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular**. 7ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- SÃO PAULO, Conselho Municipal de Educação, 1997, Indicação CME n ° 04/97
- SÃO PAULO, Conselho Municipal de Educação, 1998, Portaria n ° 1971/98
- SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 1992. Regimento Comum das Escolas Municipais
- SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 1993, Enfrentar o desafio
- SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 1996, Currículos e Programas: organizadores de áreas. Ensino Fundamental. SU DOT-G Sa 005/96
- SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 1997, Ciclo: um caminho em construção – SU DOT-G Sa. 024/97
- SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2001, EducAção N° 01
- SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2001, EducAção N° 02
- SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2002, EducAção N° 03
- SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2003, EducAção N° 04, SME/ DOTG/ Sa 013/03
- SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2003, Caderno temático de formação n ° 01 – Leitura de Mundo, letramento e alfabetização: diversidade cultural, etnia, gênero e sexualidade – CO.DOT – Sa. 022/03
- SÃO PAULO, Secretaria Municipal de educação de São Paulo, 2003, EducAção N° 05
- SILVA, Tomaz Tadeu. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: SILVA, Tomaz Tadeu e GENTILI, Pablo (orgs.). 10ªed. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.10-29